



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº38/2023

Período: 14/10/2023 - 20/10/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Israel-Hamas: Força Aérea Brasileira realiza repatriação de brasileiros
- 2- CPMI dos atos de 8 de janeiro finaliza com o silêncio da maior parte dos militares
- 3- Concorrência de Mauro Cid ao posto de coronel gera resistência e incômodo no Exército.
- 4 - PEC de senador objetiva proibir militares de disputar eleições caso não estejam na reserva
- 5- Relatório final da CPMI dos atos de 8 de janeiro responsabiliza ex-presidente Jair Bolsonaro e militares
- 6- Ministro da Defesa e Forças Armadas desejavam evitar depoimento de militares à CPMI do 8 de janeiro
- 7- Ministro da Justiça cogita o uso das Forças Armadas em projeto de segurança pública no Rio de Janeiro
- 8- Armas do Exército furtadas em São Paulo foram encontradas no Rio de Janeiro

1- Israel-Hamas: Força Aérea Brasileira realiza repatriação de brasileiros

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, declarou em 13/10/2023, após reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, que o Egito concordou em abrir um corredor humanitário para a passagem de vinte e dois brasileiros presentes no território correspondente à Faixa de Gaza. Um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), enviado pela Presidência da República, realizará o transporte. Os brasileiros devem realizar o percurso até o Egito via terra, de ônibus, para cruzar a fronteira. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, até 14/10/2023, o Brasil havia resgatado mais de 700 brasileiros que estavam em Israel. A operação de repatriação organizada pelo governo, segundo o referido jornal, é a maior e mais bem-sucedida do país no contexto de guerra. A FAB planeja ainda mais dois voos para trazer brasileiros residentes em Israel, ambos pousando no Rio de Janeiro. O Brasil se posiciona favorável à construção de um acordo de cessar-fogo, entretanto não há unanimidade dos membros do Conselho de Segurança sobre a questão. A evacuação de brasileiros no território israelense segue de forma ordenada. O terceiro voo de repatriação chegou em Israel em 13/10/2023, elevando a 494 o número de pessoas atendidas. Cerca de 2.700 haviam se registrado junto à Embaixada do Brasil em Tel Aviv para sair, 60% delas turistas. Segundo reportado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o conflito já fez vítimas brasileiras, como a carioca Karla Stelzer, de 41 anos, e os jovens Ranani Nidejelski Glezer e Bruna

Valeanu, ambos com 24 anos, que estavam em um festival de música eletrônica no momento em que este foi invadido e atacado pelo Hamas, o que contribuiu para o caráter de urgência pelo pedido de corredor humanitário. Em reportagem, o *Correio Braziliense* informou que segundo a FAB, o quinto voo de repatriação de brasileiros chegou à 1h45 de 16/10/2023 no Rio de Janeiro. Este voo foi realizado pela aeronave KC-30 e continha 215 passageiros, além de 16 animais de estimação. (Correio Braziliense - Política - 14/10/23; Correio Braziliense - Opinião - 14/10/23; Correio Braziliense - Política - 16/10/23; Folha de S. Paulo - Mundo - 14/10/23; O Estado de S. Paulo - Internacional - 14/10/23)

2- CPMI dos atos de 8 de janeiro finaliza com o silêncio da maior parte dos militares
Em coluna opinativa a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Álvaro Costa e Silva afirmou que "a CPI do 8/1 vai terminar ao som de um estalinho de festa de São João (...) Bolsonaro nem sequer foi convocado para prestar esclarecimentos". O jornalista citou ainda o "arranjo protetor" estabelecido pela cúpula militar, em que os investigados acordaram em permanecer em silêncio - com exceção do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira - poupando as Forças Armadas do embate. Ademais, de acordo com reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o senador do Distrito Federal, Izalci Lucas (PDSB-DF) solicitou em um relatório paralelo à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro que o Ministério Público Federal (MPF) responsabilize o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias. As alegações são de crimes de "prevaricação, omissão imprópria, obstrução de justiça e improbidade administrativa". A previsão era de que o documento proposto pelo senador fosse apresentado em 17/10/2023. Segundo a matéria, desde os ataques do dia 8 de janeiro, a oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta confirmar a tese de omissão do governo em relação aos ataques, ainda sem comprovação. Em reportagem, *O Estado de S. Paulo* também noticiou a ausência de convocação de militares que estavam no posto durante as invasões. Além disso, o periódico relatou que o general Walter Braga Neto, ex-ministro da Defesa, também não foi convocado e que a comissão irá terminar sem descobrir o que o tenente-coronel Mauro Cid relatou na delação premiada. (Correio Braziliense - Política - 14/10/23; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 14/10/23; O Estado de S. Paulo - Política - 16/10/23)

3- Concorrência de Mauro Cid ao posto de coronel gera resistência e incômodo no Exército

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a presença do tenente-coronel Mauro Cid - ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) - como um dos militares aptos a ser promovido a coronel devido ao seu histórico nas Forças Armadas gerou um desconforto até então inédito ao Exército Brasileiro: "De um lado, interlocutores do comandante da Força, general Tomás Paiva, avaliam que ele deve buscar alguma forma de segurar a promoção de Cid, que firmou acordo de delação premiada com a Polícia Federal em meio a uma série de investigações no período em que foi braço direito de Bolsonaro (...) De outro, generais ouvidos pela Folha dizem que Cid não poderia ficar sub judice e ter a promoção congelada porque não é réu.". A expectativa é de que a Polícia Federal já tenha concluído as investigações às vésperas do fim do processo de promoção. A resolução de tal impasse é avaliada por generais próximos

ao comandante do Exército. Entretanto, três colegas do ex-ajudante de ordens afirmaram à *Folha* que um possível veto à promoção de Mauro Cid poderia ser compreendido como uma decisão estritamente política. Em nota, o Exército destacou o artigo que define quando um militar é proibido de disputar a promoção, acrescentando que a Comissão de Promoções ainda não havia iniciado a análise para o processo de promoção da turma de formação a qual Cid pertence. (Folha de S. Paulo - Política - 14/10/23)

4- PEC de senador objetiva proibir militares de disputar eleições caso não estejam na reserva

Em reportagem, *O Estado de S. Paulo* noticiou que o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) é relator de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa proibir integrantes das Forças Armadas da ativa de assumir cargos em ministérios. Segundo o periódico, o projeto consiste em fazer com que os militares tenham que ser transferidos para a reserva para que assim, possam concorrer às eleições. A justificativa apresentada por esta PEC, que é apoiada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), baseia-se na ação de “garantir a neutralidade das Forças Armadas”. Além disso, o periódico também informou que Kajuru irá discutir tal questão com José Múcio Monteiro, ministro da Defesa, antes de terminar o relatório. (O Estado de S. Paulo - Política - 16/10/23)

5- Relatório final da CPMI dos atos de 8 de janeiro responsabiliza ex-presidente Jair Bolsonaro e militares

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 19/09/2023 o relatório de conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro foi apresentado pela relatora da referida comissão, senadora Eliziane Gama (PSD-MA). O documento atribui a Jair Bolsonaro a responsabilidade pela tentativa de golpe de Estado e destacou generais do Exército como participantes do evento. Eliziane afirmou que o ocorrido em 8 de janeiro de 2023 foi um desdobramento do bolsonarismo e acusou Bolsonaro de manipular as massas através de discurso de ódio. Além disso, a relatora também pediu um aprofundamento das investigações acerca de acontecimentos que antecederam o evento, como, por exemplo, os acampamentos em frente ao quartel-general do Exército em Brasília. No relatório final da CPMI, indicou-se o indiciamento de oito generais e um almirante, além de outros 22 militares de diversas patentes. Em contrapartida, segundo Luiz Carlos Azedo, em coluna opinativa para o mesmo jornal, existe um relatório alternativo a esse, pensado pela oposição, o qual atribui a culpa pelo 8 de janeiro ao presidente Lula e seus aliados, como o ministro da Justiça, Flávio Dino. O colunista faz uma analogia dos militares dispostos a executar um golpe de Estado no Brasil com o caso dos “45 cavaleiros húngaros” que aterrorizaram o condado de Flandres na Bélgica. O pensador italiano Antonio Gramsci, em sua obra *Cadernos do Cárcere*, indaga como tais cavaleiros, sendo minoria, conseguiram o feito. Para Azedo, no Brasil, tais cavaleiros não triunfaram, pois em sua opinião a democracia e as instituições no Brasil foram mais fortes. (Correio Braziliense - Política - 19/10/23)

6- Ministro da Defesa e Forças Armadas desejavam evitar depoimento de militares à CPMI do 8 de janeiro

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, a CPMI do 8 de janeiro foi ofuscada pela delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro. Mesmo que a Comissão Parlamentar pudesse ser prorrogada, a base do governo não ouviu o depoimento do general Walter Braga Netto, candidato à vice-presidência na chapa de Bolsonaro e ex-ministro da Defesa. Além disso, outro militar que não prestou depoimento ao colegiado foi o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, apontado por Cid como o comandante militar aliado a Bolsonaro mais adepto a um golpe de Estado. Segundo o jornal, a preocupação de do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a CPMI se mostrou clara quando o senador Randolfe Rodrigues (Rede- AP) indagou o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, se haveria algum constrangimento quanto ao fato da convocação de militares à comissão. Isso ocorreu uma vez que parlamentares da base afirmaram haver um certo consenso entre o ministro e as Forças Armadas para que a convocação de militares fosse evitada. (Folha de S. Paulo - Política - 19/10/23)

7- Ministro da Justiça cogita o uso das Forças Armadas em projeto de segurança pública no Rio de Janeiro

Segundo editorial da *Folha de S. Paulo*, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, se equivocou quanto ao uso de militares no que tange à segurança pública no Rio de Janeiro. Dino afirmou que as medidas estão sendo analisadas, sem que o uso de militares para o policiamento ostensivo seja descartado. No entanto, de acordo com o editorial não faz sentido alimentar essa ideia, uma vez que o uso das Forças Armadas, no contexto urbano, mesmo com a premissa de ajudar em situações emergenciais, gera perigo para toda a população. Um exemplo da total falta de despreparo dessa instituição pôde ser analisado quando o músico Evaldo Rosa dos Santos, em 2019, teve seu carro cravejado por 257 tiros disparados por membros do Exército. (Folha de S. Paulo - Opinião - 19/10/23)

8- Armas do Exército furtadas em São Paulo foram encontradas no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, oito das 21 armas do Exército que foram furtadas do Arsenal de Guerra da Força, em Barueri (SP), foram interceptadas por agentes da Polícia Civil na entrada da localidade Gardênia Azul, no bairro de Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. O furto foi descoberto no dia 10/10/2023, mas as investigações apontam que provavelmente ocorreu no feriado de 07/09/2023. As armas recuperadas são quatro metralhadoras modelo .50 e outras quatro MAGs, calibre 7.62; sendo que outras treze armas seguem desaparecidas (sete .50 e seis MAGs). Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o secretário estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro, delegado Marcus Amim, disse que “essas oito metralhadoras foram transportadas de São Paulo para o Rio para serem negociadas com o Comando Vermelho, maior facção criminosa do Estado”. As armas foram levadas para o complexo da Penha, na zona norte, depois para a Rocinha, na zona sul, e finalmente transportadas para a Gardênia Azul, onde foram localizadas e apreendidas pela polícia dentro de um carro estacionado na entrada do bairro, sendo que não houve presos. O jornal noticiou que o diretor do Arsenal de Guerra de Barueri, tenente-coronel Rivelino Barata de Sousa, será exonerado por decisão do comandante do Exército, general Tomás Paiva. Além disso, foi instaurado um

Inquérito Policial Militar, que está em sigilo até o momento, a fim de investigar os militares e civis suspeitos de participarem do caso. O jornal informou que 160 militares permaneciam aquartelados em Barueri. Segundo o general Maurício Gama, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste (CMSE): “Quem for temporário com envolvimento será expulso. E os de carreira serão submetidos a processo administrativo, criminal e disciplinar. É um episódio inaceitável. As armas foram desviadas por furto com participação de militares. O crime aconteceu entre 6 e 8 de setembro”. O referido general ainda acrescentou: “Houve troca de cadeado e do lacre. Vamos revisar nosso processo de conferência. E quem falhou na conferência também será responsabilizado”. Segundo o editorial do *Estadão*, o CMSE ordenou o “aquartelamento de prontidão” da tropa (480 militares), instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar o furto e disse que “as armas furtadas eram “inservíveis” e estavam “recolhidas para manutenção”. O editorial apontou que enquanto as 21 armas não forem recuperadas, e os responsáveis pelo furto não forem identificados e punidos, a população e as forças de segurança estarão em risco. O editorial ainda defendeu que o Exército reveja os seus protocolos de segurança para que algo assim jamais torne a acontecer. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian mencionou um vídeo que circulou em setembro de 2023, no qual traficantes do Rio de Janeiro receberam uma oferta para comprar metralhadoras calibre .50 pelo valor de R\$ 180 mil cada. Os policiais apontaram que as armas haviam sido desviadas de uma unidade do Exército em São Paulo. O jornalista ainda destacou que esse “sumiço de 21 metralhadoras do arsenal militar mostra como a estrutura do Estado pode ser um bom ambiente de negócios para os criminosos”. (Correio Braziliense - Brasil - 20/10/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/10/23; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 20/10/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar